NEGATIVA FAMILIAR PARA A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: O QUE DIZEM OS FAMILIARES?

Tema: Multidisciplinar

Vitória Picinini da Silva Sauer; Maria Eduarda Pasquotto Batista; Brenda Carvalho Peradotto; Clayton Felipe da Silva Telles; Giovanna Gouvêa Belmiro; Sofia Louise Santin Barilli; Aline Aparecida da Silva Pierotto; Patrícia Treviso;

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

São Leopoldo/RS

INTRODUÇÃO: A doação de órgãos para transplante requer a autorização da família do falecido. No Brasil, em 2023, foram notificados 14.073 possíveis doadores e havia 59.958 pessoas na lista de espera. No mesmo ano, ocorreram 8.063 entrevistas para doação, mas 42% (3.425) resultaram em recusa familiar. OBJETIVO: Conhecer as razões pelas quais familiares negam a doação de órgãos e tecidos. MATERIAL E MÉTODOS: Estudo transversal baseado na análise de registros de entrevistas familiares realizadas em 2022, por uma equipe da Organização de Procura de Órgãos (OPO) do RS. No período, ocorreram 156 entrevistas familiares. Foram incluídos no escopo deste estudo apenas os registros das entrevistas que culminaram em recusa para doação. Foram excluídos documentos com informações incompletas ou ilegíveis. Os dados foram coletados por um instrumento feito pelos autores, com idade e sexo do potencial doador e do entrevistado; causa de óbito; grau de parentesco; e justificativa para negativa familiar. Utilizou-se estatística descritiva para análise dos dados. Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, número de CAEE: 76019723.7.0000.5344. Estudo seguiu a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. RESULTADO: Foram analisadas 20 recusas familiares. A principal razão foi a falta de manifestação prévia do paciente como doador (12 recusas); seguida por oposição da família à doação (3), falta de consenso familiar (2), desejo de manter o corpo do familiar íntegro (2), razão religiosa (2), e demora na liberação do corpo (2). Três famílias citaram duas justificativas para a recusa. CONCLUSÃO: O estudo revelou a prevalência da recusa baseada na falta da manifestação prévia do paciente como doador. Isso ressalta a necessidade de educação pública mais ampla e eficaz sobre a importância da doação de órgãos e declaração de doador. Além disso, destaca a relevância de programas educacionais direcionados a informar as pessoas sobre diferentes formas de doação e seus benefícios.